



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

ANA LÚCIA SODRÉ DE OLIVEIRA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
NA ESCOLA COMUM**

VITÓRIA 2022



mestrado profissional
ppgmpe/ufes

ANA LÚCIA SODRÉ DE OLIVEIRA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA
COMUM**

Produto educacional da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andressa Mafezoni Caetano

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

O48i Oliveira, Ana Lúcia Sodré de, 1975-
A inclusão de alunos com deficiência intelectual na escola comum / Ana Lúcia Sodré de Oliveira. - 2022.
13 f.

Orientadora: Andressa Mafezoni Caetano.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

I. Caetano, Andressa Mafezoni. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

ANA LÚCIA SODRÉ DE OLIVEIRA

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A INCLUSÃO DE ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 30/08/2022.

BANCA EXAMINADORA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ANDRESSA MAFEZONI CAETANO - SIAPE 1813538
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais - DTEPE/CE
Em 30/08/2022 às 15:55

Profª Drª Andressa Mafezoni Caetano
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
VITOR GOMES - SIAPE 2475712
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais - DTEPE/CE
Em 30/08/2022 às 17:35

Prof. Dr. Vitor Gomes
Universidade Federal do Espírito Santo

Documento assinado digitalmente
gov.br ROSANA CARLA DO NASCIMENTO GIVIGI
Data: 30/08/2022 16:08:17-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profª Drª Rosana Carla do Nascimento Givigi
Universidade Federal do Sergipe

SUMÁRIO

1 A CONSTRUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL A PARTIR DA PESQUISA	6
2 VIDEOCAST/PODCAST: A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA COMUM	8
2.1 SOBRE A ENTREVISTADA.....	8
2.1.1 Qual sua percepção em relação ao processo de inclusão do aluno com deficiência na escola comum?.....	9
2.1.2 Em se tratando dos alunos com deficiência intelectual, que é a especificidade que se apresenta em maior quantitativo de matrículas nas redes de ensino, como você avalia o atendimento educacional para esse público?	10
2.1.3 Como você percebe que os professores e demais profissionais lidam com as crianças/alunos quando matriculadas(os) na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental? Essa prática é similar (ou não) quando os alunos cursam os anos finais?.....	11
2.1.4 Uma das questões que instigam os professores dos anos finais é receber o aluno com DI sem saber ler e escrever. O que você acha sobre isso? É possível que esses alunos sejam alfabetizados? Pode dar algumas pistas de como os professores podem fazer?	11
2.1.5 Quais são suas considerações em relação à formação continuada de professores, considerando as propostas que associam teoria e prática?.....	12
2.1.6 Como você pensa que deve ser a avaliação da aprendizagem do aluno com DI?.....	12
REFERÊNCIAS.....	14

1 A CONSTRUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL A PARTIR DA PESQUISA

O ingresso no Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação nos desafiou a aprofundar uma pesquisa comprometida com a educação, tendo em vista que, ao término desse processo, ser preciso acrescentar à dissertação um produto educacional que, de algum modo, contribua para a formação dos atuais e futuros professores.

É desse processo que emerge o produto de nossa pesquisa, que se propõe a desvelar questões pertinentes à inclusão do aluno com deficiência intelectual (DI) matriculado nos anos finais do ensino fundamental. Para tal, propomos a criação de um *videocast* e de um *podcast* intitulado *A inclusão de alunos com deficiência intelectual na escola comum*. Nesse contexto, com base na perspectiva histórico-cultural sob a pauta pela garantia do direito de acesso, permanência e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2008), compreendendo que a escola necessita repensar suas práticas pedagógicas (JESUS *et al.*, 2010) para contemplar as necessidades de todos os alunos, acreditamos que a formação continuada de professores seja uma alternativa importante para transformações que promovam ações mais inclusivas nas escolas.

Nesse aspecto, vamos apresentar, na entrevista do *videocast/podcast*, na qual contamos com a presença da professora Dr^a Vasti Gonçalves de Paula, elementos suscitados na dissertação que apontam a necessidade de discutir sobre a inclusão do aluno com DI na escola comum. Para tal, trouxemos para o debate considerações sobre as práticas pedagógicas inclusivas, a acessibilidade curricular, o processo de alfabetização e de avaliação da aprendizagem do discente com deficiência. Ainda, nesse ínterim, tratamos sobre a importância da formação continuada dos professores, a fim de provocar os profissionais da educação a refletirem sobre sua prática docente.

Mas afinal qual a diferença entre o *videocast* e o *podcast*? *Podcasts* são programas de áudio planejados para informar as pessoas sobre um determinado assunto, com conteúdos em áudio gravados e disponibilizados para audiência *on-line* em plataformas de *streaming* ou a partir do seu download. Os participantes podem apresentar o assunto em pauta, refletir sobre o tema e debater entre eles. Já o

videocast é a gravação na íntegra, com imagens e áudio desse diálogo, podendo ser disponibilizado pelo *YouTube*, o que também consideramos ser um facilitador na transmissão das informações junto aos interessados pelo assunto.

As narrativas para a produção do *videocast* e do *podcast* foram compostas a partir de um roteiro semiestruturado, norteado pelos dados da pesquisa que desvelaram questões relevantes sobre a inclusão do aluno com DI. O *videocast* teve aproximadamente 40 minutos de duração, sendo sua gravação e edição realizada pela agência de publicidade 4nexus. Desse vídeo, foi extraído o áudio para o *podcast*.

O *videocast* e o *podcast* já editados serão apresentados primeiramente para a banca avaliadora desta dissertação. Posteriormente, esse material será entregue à secretaria do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGMPE/Ufes) e, em seguida, à Secretaria Municipal de Educação de Vitória/ES, lócus da pesquisa. Esse produto poderá ser postado na plataforma institucional da rede de ensino municipal e em outras plataformas de acesso liberado e gratuito, para que todos os profissionais e pesquisadores interessados no assunto possam ter acesso às informações. A aplicabilidade prática e social deste produto poderá ocorrer por meio de redes formativas de professores e/ou profissionais de escolas, divulgando a pesquisa em palestras, conversas e formações entre os espaços-tempos da educação básica e/ou superior, quando interessados pela temática de estudo, ao provocar conversações e/ou formações continuada de professores sobre a inclusão dos estudantes com DI na sala de aula comum.

2 VIDEOCAST/PODCAST: A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA COMUM

2.1 SOBRE A ENTREVISTADA

Para a entrevista, convidamos a professora Dr^a Vasti Gonçalves de Paula pela ampla experiência que tem no campo educacional. Pesquisadora, realizou mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Espírito Santo, com enfoque na modalidade educação especial. Pedagoga e professora especializada em DI, atuou nas escolas municipais de Vitória. Atualmente trabalha na Secretaria Municipal de Educação (Seme), na Gerência de Formação e Desenvolvimento em Educação (GFDE), setor responsável pelo gerenciamento das formações constituídas com os profissionais dessa rede de ensino.

Figura 1: Gravação do *videocast*



Fonte: Agência 4nexus

A professora Vasti inicia sua fala agradecendo o convite dizendo do prazer em poder conversar sobre um tema tão importante e que solicita de nós um olhar sempre atento. Segundo a pesquisadora, uma boa educação para os sujeitos público-alvo

da educação especial requer de nós, especialmente os que atuam na coordenação pedagógica nas escolas ou nos processos de gestão dos sistemas de ensino, um cuidado muito grande no que diz respeito aos saberes e fazeres que circulam no cotidiano das escolas, tanto com a modalidade de educação especial quanto nas salas de aula e demais contextos da escola.

Na sequência, iniciamos as perguntas, considerando o roteiro semiestruturado para esta ação. Assim, seguem as questões e respostas da professora entrevistada.

2.1.1 Qual sua percepção em relação ao processo de inclusão do aluno com deficiência na escola comum?

Falo de concepções que permeiam as práticas voltadas ao ensino, à aprendizagem e à avaliação essencialmente. E claro, uma concepção que sustenta a ideia de que o público da educação especial, quaisquer que sejam esses estudantes, aprende e se desenvolve. Para isso, o ensino e o aprendizado precisam estar adequadamente organizados. Isso resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Aprendemos isso com Vigotski.

Tudo isso tem implicação direta com a formação continuada, quer aquelas planejadas e organizadas pelo sistema de ensino, quer aquelas propostas e desenvolvidas autonomamente pelos profissionais da escola. É preciso estudar sempre!

Quanto às minhas percepções sobre a inclusão, é preciso retomar um pouco a história. Na passagem entre o século XX para o XXI, a educação especial no Brasil começou a trilhar novos rumos para sua história. Esses novos rumos têm relação com o advento do movimento internacional para a educação Inclusiva. No final da década de 1990, o debate sobre a inclusão escolar começou a ganhar espaço, e transformações significativas na proposição e execução das políticas educacionais começaram a ocorrer em todo o país. Com isso, pouco a pouco vimos crescer o número de matrículas dos alunos público da educação especial. E chegamos em 2019 aos 1.300.000 de matrículas, um crescimento de 34,4% em relação a 2015. Acho que podemos dizer que vencemos a etapa do acesso, mas ainda continuamos

discutindo e lutando pela permanência na escola de crianças e estudantes com deficiência, com qualidade, tendo asseguradas a esses sujeitos igualdade e equidade no acesso ao currículo. A luta não tem sido em vão, pois avançamos muito nesse processo. Alguns retrocessos na política ainda nos assombram, mas acredito que as pesquisas e o esforço empreendido pela academia, assim como os fazeres exitosos, cotidianamente realizados e visibilizados por nossos profissionais, farão com que avancemos mais rumo à uma política de educação especial realmente inclusiva.

Sobre os retrocessos, tivemos um crescimento de matrículas, nos últimos três anos, de estudantes com deficiência em instituições segregadas. Isso decorre do incentivo à criação de classes e escolas especiais e outras medidas que visam afastar alunos com deficiência de classes comuns por meio de um decreto já suspenso, felizmente. Mas, há, sem dúvida, uma tentativa de ruptura na educação em curso em nosso país que, entre tantas questões, afeta em muito o público da educação especial.

2.1.2 Em se tratando dos alunos com Deficiência intelectual, que é a especificidade que se apresenta em maior quantitativo de matrículas nas redes de ensino, como você avalia o atendimento educacional para esse público?

Esse é, sem dúvida, o público para o qual há a menor expectativa em relação à aprendizagem, às participações e às inserções no contexto social. Isso historicamente compôs, no imaginário social, que, para esse público, bastaria a chamada inclusão social. Por muitos anos, deparamos com práticas docentes voltadas essencialmente à repetição e ao treinamento, ao ensino de atividades da vida diária, entre aprendizados voltados à inclusão social. As questões voltadas ao currículo ganharam um espaço importante nas últimas décadas nas formações continuadas e conseqüentemente nas propostas pedagógicas das escolas, pensando esse público. Contabilizamos avanços, mas ainda é preciso avançar mais e, para tal, sempre sugiro as trocas de experiências e a visibilização das boas práticas docentes. No caso de Vitória/ES, estamos iniciando, nesse ano de 2022, uma excelente experiência, a partir da aquisição de recursos de alta tecnologia, que possibilitará aos estudantes com deficiência um maior acesso às aprendizagens.

2.1.3 Como você percebe que os professores e demais profissionais lidam com as crianças/alunos quando matriculadas(os) na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental? Essa prática é similar (ou não) quando os alunos cursam os anos finais?

Há uma crença por aí que é mais fácil atuar nos contextos de educação especial na educação infantil. Mas isso não é verdade. É fácil e difícil nas duas etapas, tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental. O diferencial está em organizar uma proposta de trabalho considerando as questões relativas às infâncias, aos espaços do brincar e aos modos de organização curricular na educação infantil e no ensino fundamental.

2.1.4 Uma das questões que instigam os professores dos anos finais é receber o aluno com DI sem saber ler e escrever. O que você acha sobre isso? É possível que esses alunos sejam alfabetizados? Pode dar algumas pistas de como os professores podem fazer?

Recebemos apenas estudantes com DI sem ler e escrever? E o que fazemos e propomos para eles? Essa é questão. O que deve ser levado em consideração é que sempre somos responsáveis por esse processo e devemos nos mobilizar a qualquer tempo para tal. Essa é a finalidade principal da escola e a qualquer tempo. E sim, é possível alfabetizá-los, com raras exceções, em que os comprometimentos cognitivos se apresentem de modo mais severo.

Há uma experiência vivenciada com uma aluna com deficiência intelectual, matriculada na 6ª série¹ do ensino fundamental, que não sabia ler e escrever, apesar de ter frequentado vários anos da educação infantil e do ensino fundamental. A aluna expressava seu desejo de aprender a ler. Relembro a mobilização dos profissionais da escola, envolvendo pedagoga e professores que atuavam nas séries finais, destacando o envolvimento da professora de português. Essa ação coletiva proporcionou que, ao longo dos dois anos, a aluna aprendeu a ler e escrever.

¹ Considerando que o fato relatado aconteceu nos anos 2000.

É possível todos se alfabetizarem, com raras exceções, considerando os alunos com severos comprometimentos cognitivos. A aposta deve ser que todos têm condição de aprender. Na perspectiva da teoria histórico-cultural de Vigotski, é importante que o ensino seja devidamente organizado, com uma visão prospectiva desses processos educacionais.

[A entrevistada diz da alegria em observar o quanto os professores têm se empenhado para incluir o aluno nas atividades propostas em sala de aula, respeitando seus ritmos de aprendizagem, porém registra que infelizmente temos colegas de profississão que ainda não se envolvem no processo educacional dos alunos com deficiência, pois não acreditam que sejam capazes de aprender.]

2.1.5 Quais são suas considerações em relação à formação continuada de professores, considerando as propostas que associam teoria e prática?

Há uma potência enorme nessa proposta de trabalho, pois percebe-se que, quando os professores compartilham suas experiências, provocam no colega de profissão interesse no seu fazer pedagógico.

[Ainda sobre a questão inicial, a entrevistada se mostra preocupada com a desvalorização profissional no Brasil e conseqüentemente com as instituições de ensino que se colocam num lugar de fragilidade na oferta da formação inicial de professores. Nesse sentido, destaca a importância da formação continuada para que os docentes possam potencializar seus saberes e fazeres.]

2.1.6 Como você pensa que deve ser a avaliação da aprendizagem do aluno com DI?

Legalmente o aluno precisa ser avaliado considerando suas especificidades, sendo o processo de avaliação balizado em parâmetros propostos para o aluno. O aluno com DI não deve ser avaliado nos mesmos parâmetros planejados para sua turma. Precisa ser respeitado em sua singularidade. [Fala da preocupação de sistemas rígidos de avaliação com provas, questionários, com mensuração de notas entre outros aspectos.]

Enfatiza que o professor precisa estar atento aos avanços na aprendizagem dos estudantes, avaliando, reavaliando e registrando todo o processo educacional. Enfim, a avaliação deve ser processual.

Assim, nos despedimos e, por fim, seguem os *links* para acessar na íntegra o *videocast* e o *podcast*: https://www.youtube.com/watch?v=bUchdcs_1gl

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

JESUS, Denise Meyrelles de *et al.* Diálogos reflexivos tecidos no 2º Colóquio de Políticas de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no estado do Espírito Santo. *In*: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL, 1., 2010, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre: FAGED/NEPIE/UFRGS, 2010. 1 CD.